



BOLETIM INFORMATIVO – JUNHO 2015

Edição nº. 08 - Ano 21 - CRC/RS 3.112

COMPROVANTE DE AGENDAMENTO X COMPROVANTE DE PAGAMENTO

São documentos distintos, necessitando, portanto, de alguns cuidados:

O COMPROVANTE DE AGENDAMENTO: é um documento emitido para comprovar a operação de agendamento, porém na data de vencimento se não houver valores disponíveis na conta bancária o pagamento não é efetuado. Salientamos a necessidade de emissão do comprovante de pagamento, logo após a verificação no extrato bancário do débito relacionado ao pagamento agendado e emissão do comprovante de pagamento com a devida autenticação.

O COMPROVANTE DE PAGAMENTO: é um documento emitido para comprovar o pagamento e possui código de autenticação.

IMPORTANTE: Comprovante de agendamentos e extratos bancários onde apareçam o débito de pagamento não tem valor como comprovante junto ao fisco.

É extremamente necessário o documento de comprovação de pagamento com autenticação.

Toda instituição bancária que disponibiliza os serviços de agendamentos também disponibilizam os comprovantes de pagamento logo após efetivação do mesmo.

PRESTE ATENÇÃO:

Ao realizar pagamentos de impostos e contribuições, via internet, digitar corretamente todos os dados constantes nas guias que lhes são enviadas, de forma que correspondam exatamente com os campos visualizados na tela do banco que estão sendo pagas.

ATENÇÃO: Data de Vencimento não é o dia do pagamento, e sim a data que está no documento.

O preenchimento incorreto acarretará vários transtornos, tais como:

- ✓ Cobrança pelo órgão emissor;
- ✓ Não liberação de Certidão Negativa;
- ✓ Custo dos serviços para regularização junto às repartições públicas.



DEVOLUÇÃO DE COMPROVANTES DE PAGAMENTO

Para manter a contabilidade de sua empresa em dia, necessitamos que os comprovantes de pagamento de tributos, impostos e taxas sejam devolvidos para o Visão. Para os pagamentos realizados pela internet, faça a impressão do comprovante e anexe à guia. Dessa maneira teremos um documento confiável para fazer o lançamento e, mediante solicitação dos órgãos públicos, poderemos comprovar o devido pagamento. No caso de não pagamento, a guia deve ser devolvida com a observação “NÃO PAGO” no corpo do documento.

OBRIGATORIEDADE DE NF-E A PARTIR DE 01.06.2015

A obrigatoriedade da Nota Fiscal Eletrônica se deve a partir de **01.06.2015**, e com isso estará proibida a utilização de Notas Fiscais Modelo 1 ou 1A para venda de mercadoria, conforme a Legislação abaixo:

Livro II, Art 26-A, § 1º, alínea i - RICMS

Art.26-A -Em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, e à Nota Fiscal de Produtor, modelo 4, poderá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica, sendo obrigatória sua emissão para todos contribuintes.

Está dispensado de emissão da Nota Fiscal Eletrônica as operações realizadas fora do estabelecimento, relativas às saídas de mercadorias sem destinatário certo, desde que seja utilizada Nota Fiscal Eletrônica para documentar a saída das mercadorias do estabelecimento e o retorno das não entregues.

A Nota Fiscal Eletrônica poderá ser emitida através do site do SEFAZ RS: (<https://www.sefaz.rs.gov.br/Site/Index.aspx>),efetuando o login através do Certificado Digital ou o cliente poderá estar adquirindo um sistema interno para a emissão das NFe.

Lembrando que o site do SEFAZ RS pode apresentar problemas durante o mês impossibilitando o contribuinte a emitir as notas fiscais eletrônicas, por isso aconselhamos a aquisição de um sistema próprio para emissão.

As Notas Fiscais Modelo 1 ou 1A que não serão mais utilizadas devem ser inutilizadas, conforme a Legislação do RS, com isso pedimos que encaminhe-as para o escritório para que possamos providenciar os formulários para o processo de inutilização.

NFS-E – NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL

Conforme a **IN SRM nº 002/2015** da Prefeitura de Caxias do Sul, a partir do dia **01.06.2015** os grupos 5º, 6º e 7º do Cronograma de Ingresso poderão efetuar o ingresso a NFS-e.

Para efetuar o ingresso os contribuintes podem solicitar ao escritório para que o mesmo faça a opção através do Certificado Digital. Após o pedido de ingresso a Prefeitura ainda disponibiliza um prazo de 30 dias para o contribuinte se familiarizar com o sistema de emissão da NFS-e.

Neste período de familiarização com o ambiente virtual da Prefeitura, as Notas Fiscais de Talão – Série A continuam válidas para o uso e somente após este prazo as mesmas perdem a sua validade, as quais devem ser encaminhadas ao escritório para o processo de inutilização na Prefeitura de Caxias do Sul.

EMPREGADA GESTANTE

A Constituição Federal garante à empregada gestante estabilidade no emprego desde o momento da confirmação da gravidez, sendo que prevê nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias artigo 10, II, b : “Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto”.

Alterações da súmula do TST - 244, a qual em 2012 recebeu a seguinte redação:

I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

II - A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III - A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

PREÇO DA NEGLIGÊNCIA E DO AMADORISMO NAS QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

Ao longo dos últimos anos, este boletim tem abordado um tema grave: o negligenciamento das questões tributárias pelas empresas brasileiras e o amadorismo na geração de obrigações acessórias. Nosso sistema tributário é composto por uma vasta legislação esparsa, repleta de exceções e falhas, que sofre alterações a todo momento. Neste cenário, é quase impossível não cometer falhas ou deixar que elas existam em algum ponto.

Adotar boas práticas de auditoria eletrônica para minimizar as chances de erros na esfera tributária é, além de uma necessidade, uma decisão estratégica. As empresas que não se prepararem para isso poderão comprometer de maneira decisiva seus negócios, afinal, convivemos com uma enorme carga tributária, que impacta decisivamente no orçamento de qualquer organização. Falhas fiscais geram grandes impactos financeiros e podem comprometer o negócio da empresa como um todo ou o negócio dos clientes (no caso de prestadores de serviço nas áreas contábil e fiscal).

Sabemos que, diante da crise, muitas empresas que enfrentam dificuldades de caixa optam por financiar suas operações sonegando tributos, postergando obrigações tributárias ou realizando planejamentos tributários que envolvem riscos elevados. Ocorre que, nos dias de hoje, estas medidas não resolvem os problemas. Ao contrário, podem agravá-los, ainda mais com a crescente eficiência e profissionalização da máquina arrecadatória do governo. Ou seja, de um lado há empresários que insistem em gerir de forma amadora seus negócios, e do outro o Fisco, cada vez mais profissional e informatizado, preparado para autuar. É uma luta desigual, e todos sabemos como esta história termina.

Com o advento dos documentos fiscais eletrônicos a fiscalização ficou muito mais eficiente, analisando 100% das informações em tempo real. Os cruzamentos eletrônicos das Receitas Federal e Estadual detectam erros e fornecem indícios para a realização de ações fiscais.

Concluindo, sonegar tributos ou realizar planejamentos tributários temerários irá apenas mascarar o problema. Em um momento de fraca arrecadação de tributos e dificuldade de cumprimento da meta de superávit primário, o governo não tem outra saída que não seja aumentar a fiscalização e combater a sonegação fiscal. E sabemos que hoje a fiscalização está aparelhada com tecnologia de ponta para cumprir este objetivo. Prova disso é o aumento das ações fiscais.

O empresário precisa economizar de outras formas, entendendo seu negócio, determinando seus diferenciais, mapeando seus pontos fortes e fracos, conhecendo seus concorrentes e, principalmente, buscando a eficiência nos seus processos produtivos.

Estar em conformidade com as normas tributárias é essencial para um crescimento sólido e seguro. Todo um planejamento pode ser jogado por terra com a chegada de uma autuação fiscal inesperada. Para certificar que os processos internos estão de acordo com as exigências legais na esfera tributária é preciso contar com o apoio de ferramentas de auditoria eletrônica, pois o tempo do profissional tributário deve ser utilizado para solucionar problemas, e não para procurar inconsistências. Se o fisco faz suas auditorias de forma eletrônica, por que as empresas insistem em continuar atuando de forma manual?

A tecnologia chegou para ficar em várias áreas do conhecimento. No campo tributário não pode ser diferente, e a auditoria tributária eletrônica é essencial para mitigar os riscos fiscais e otimizar o tempo dos profissionais envolvidos. Com os riscos controlados, é possível planejar um crescimento sem surpresas. Com o tempo otimizado, os profissionais podem dedicar mais horas ao que realmente importa, ou seja, o crescimento do negócio, a conquista de novos clientes e a melhoria dos processos internos.

Ficar para trás não é a opção. Auditar eletronicamente suas declarações não é mais um luxo. É, acima de tudo, uma obrigação de todo profissional responsável.

“Não confunda jamais conhecimento com sabedoria. Um o ajuda a ganhar a vida; o outro a construir uma vida.”

Sandra Carey



Agenda das Principais Obrigações Junho/2015



DIAS	COMPROMISSOS
01/06	Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de maio 2015
05/06	SALÁRIOS - MAIO ✓
07/06	GFIP - MAIO ✓
09/06	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - MAIO ✓
11/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/06/2015
12/06	ICMS - COMÉRCIO - MAIO ✓
15/06	ISSQN - MAIO ✓ GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ✓
19/06	GPS - MAIO ✓
22/06	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - MAIO ✓ ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - ABRIL ✓ ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - MAIO ✓ ICMS - INDÚSTRIA - MAIO ✓
22/06	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/06/2015
23/06	Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente junho 2015
25/06	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - ABRIL ✓ IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - MAIO ✓ COFINS - MAIO ✓ PIS - MAIO ✓
29/06	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - MAIO - ESTIMATIVA ✓ IRPJ - MAIO - ESTIMATIVA ✓
01/07	Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 30/06/2015



Curta nossa página no Facebook:

VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600

Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade